



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

EDITAL Nº 04/2022

PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO EM 2023 NO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA
MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (UFES)

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DA RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM SAÚDE:
Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO TRANSVERSAL (para todos os cursos)

POLÍTICA PÚBLICA DE SAÚDE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

História das políticas de saúde no Brasil. Estado neoliberal e as particularidades da Política de Saúde. Reforma Sanitária e a política de saúde no contexto da Seguridade Social. Sistema Único de Saúde (SUS): particularidades na atenção básica, média e de alta complexidade. Redes de Atenção à Saúde. A pandemia do Covid-19, desigualdades sociais e saúde. Políticas de atenção à saúde da Criança e da/o adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente. Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil.

BIBLIOGRAFIA – LEGISLAÇÕES

1. BRASIL. Ministério da Saúde.

LEI Nº 8.142, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

2. BRASIL. Ministério da Saúde. DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Brasília, 2011.

3. BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990.

4. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1990.

5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS - PNPIC-SUS. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. - Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 92 p. Série B. Textos Básicos de Saúde.

6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Saúde. Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p. Cadernos de Atenção Básica, nº 33.

7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Núcleo de Apoio à Saúde da Família. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 116 p. Cadernos de Atenção Básica, n. 39.

8. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção básica [recurso eletrônico]. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 234 p.

9. BORLINI, L. M. Há pedras no meio do caminho do SUS - os impactos do neoliberalismo na saúde do Brasil. In: Revista Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 9, n. 2, ago./dez. 2010. p. 321 – 333. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/7697/5799> Acesso em 15 de julho de 2021.

10. BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger. A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: Lutas e resistências. Ser Social. Estado, Democracia e Saúde. Brasília, v. 22, n. 46, janeiro a junho de 2020. https://doi.org/10.26512/ser_social.v22i46.25630 Acesso em 20 de julho de 2021

11. FERRAZ; A. T.R; BERNARDES, F. Reformas regressivas e política de saúde. Editorial do V.10, N.01 da Revista Argumentum. Vitória, v. 10, n.1, p. 4-8, jan./abr. 2018. <http://10.18315/argumentum.v10i1.196474>. Acesso em 20 de julho de 2021

12. MENDES, Eugênio Vilaça. As redes de atenção à saúde. Ciência & saúde coletiva, v. 15, n. 5, p. 2297-2305, 2010.

13. SANTOS, J.A.F. Covid-19, causas fundamentais, classe social e território. Notas de Conjuntura. Trabalho, Educação e Saúde. 18.3.2020. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00280>. Acesso em 20 de julho de 2021

14. SILVA, L. B. Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil: alguns aspectos da trajetória histórica. In: Revista Katálysis. Florianópolis, v. 21, n. 1, jan./abr. 2018. p. 200-209. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n1p200>. Acesso em 20 de julho de 2021.

EPIDEMIOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Processo Saúde-Doença, Medidas de Prevenção e Promoção da Saúde. Medida da Saúde Coletiva. Epidemiologia Clínica. A Pesquisa Epidemiológica e os Desenhos de Pesquisa. Causalidade em Epidemiologia. Testes diagnósticos: Sensibilidade, Especificidade e Valores Preditivos. Vigilância em Saúde. Epidemiologia das Doenças Transmissíveis. Epidemiologia das Doenças Não Transmissíveis. Epidemiologia Aplicada ao Curso da Vida: Perinatal, Infância e Adolescência.

BIBLIOGRAFIA

1. CAMPOS, GWS; BONFIM, JRA; MINAYO, MCS; AKERMAN, M; DRUMOND-JÚNIOR, M; CARVALHO, YM. Tratado de saúde coletiva. São Paulo; Hucitec; 2 Reipr.; 2006. p. 319-530.
2. ROTHMAN, KJ; GREENLAND, S; LASH, TL. Epidemiologia moderna. Porto Alegre: Artmed; 3.ed., 2011. p.887.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

3. MEDRONHO, RA; BLOCH, KV; LUIZ, RR; WERNECK, GL. Epidemiologia. São Paulo; Atheneu; 2 ed; 2009. p.685.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO

Área de Formação: ENFERMAGEM

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aspectos legais no cuidado à criança, ao adolescente e à família. Políticas Públicas e Programas de Saúde direcionados à criança e ao adolescente. Crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente. A criança, o adolescente e a família no processo de hospitalização. Cuidados de enfermagem nas intercorrências clínicas e cirúrgicas da criança e do adolescente. Cuidados de enfermagem à criança e ao adolescente em situações de urgência e de emergência. Consulta de Enfermagem e Visita Domiciliar à criança e ao adolescente. O brinquedo terapêutico em pediatria. Cuidados de enfermagem à criança e ao adolescente com necessidades especiais. Prevenção de acidentes na infância e na adolescência. Sistematização da Assistência de Enfermagem em Pediatria. Segurança do paciente em pediatria.

BIBLIOGRAFIA

1. BORGES, AVL; FUJIMORI, E. Enfermagem e a saúde do adolescente na atenção básica. Barueri, SP. Manole. 2009.
2. BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.chegadetrabalho infantil.org.br/wp-content/uploads/2017/06/LivroECA_2017_v05_INTERNET.pdf
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas / Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno SRTVN. Caderneta da Criança Menina: Passaporte da Cidadania. 2ª edição – Brasília: Ministério da Saúde 2020 – versão eletrônica. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_crianca_menina_2ed.pdf
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas / Coordenação de Saúde da Criança e Aleitamento Materno SRTVN. Caderneta da Criança Menino: Passaporte da Cidadania. 2ª edição – Brasília: Ministério da Saúde 2020 – versão eletrônica. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/caderneta_crianca_menino_2ed.pdf
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Protocolo de vigilância epidemiológica de eventos adversos pós-vacinação. Estratégia de vacinação contra o vírus SARSCoV-2 (Covid19 - Brasília: Ministério da Saúde, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2020/dezembro/21/estrategia_vacinacao_covid19.pdf
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Atenção humanizada ao recém-nascido. Método Canguru: manual técnico / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – 3. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 340 p.: il. Disponível



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_humanizada_metodo_canguru_manual_3ed.pdf

7. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Guia alimentar para crianças brasileiras menores de 2 anos / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. – Brasília:



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

- Ministério da Saúde, 2019. Disponível em:
http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/guia_da_crianca_2019.pdf
8. BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de quadros de procedimentos: Aidpi Criança: 2 meses a 5 anos / Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundo das Nações Unidas para a Infância. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em:
bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_quadros_procedimentos_aidpi_crianca_2meses_5anos.pdf
9. HOCKENBERRY, Marilyn J. (Ed.). Wong fundamentos de enfermagem pediátrica. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
10. FUJIMORI, E; OHARA, CVS. Enfermagem e a saúde da criança na atenção básica. Barueri, SP: Manole, 2009. XVIII, 548 p.
11. MARCONDES, E. Pediatria básica. 9ª. Ed. São Paulo: Sarvier, 2002-2005 3v.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de Formação: FARMÁCIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Deontologia e Legislação Farmacêutica. Assistência Farmacêutica no âmbito do SUS. Farmacocinética e Farmacodinâmica. Farmacoterapia (antimicrobianos, analgésicos e anti-inflamatórios). Boas Práticas de manipulação e armazenamento de medicamentos. Preparações estéreis e não estéreis em farmácia hospitalar. Boas práticas em farmácia hospitalar e serviços de saúde. O farmacêutico no controle da infecção hospitalar. Farmacovigilância. Saúde baseada em evidências. Erros de medicação e segurança do paciente. Cuidado Farmacêutico.

BIBLIOGRAFIA

1. ALLEN, L. V.; POPOVICH, N. G.; ANSEL, H. C. Formas farmacêuticas e sistemas de liberação de fármacos. 9. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. xii, 716 p.
2. BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução da Diretoria Colegiada n.º 67, de 08 de outubro de 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/legislacao/resolucao67_08_10_07.pdf>
3. BRASIL. Conselho Federal de Farmácia. Resolução n.º 596, de 21 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o Código de Ética Farmacêutica, o Código de Processo Ético e estabelece as infrações e as regras de aplicação das sanções disciplinares. Disponível em: <<http://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/596.pdf>>
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n.º 4.283, de 30 de dezembro de 2010. Aprova as diretrizes e estratégias para organização, fortalecimento e aprimoramento das ações e serviços de farmácia no âmbito dos hospitais. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2010/prt4283_30_12_2010.html>
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 529, de 1º de abril de 2013. Institui o Programa Nacional de Segurança do Paciente (PNSP). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0529_01_04_2013.html>
6. BRASIL. Ministério da Saúde. Documento de referência para o Programa Nacional de Segurança do Paciente / Ministério da Saúde; Fundação Oswaldo Cruz; Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília : Ministério da Saúde, 2014, 40 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/documento_referencia_programa_nacional_seguranca.pdf>
7. BRUNTON, L. L. (Org.). As Bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 12. ed. Porto Alegre, RS: AMGH, 2012. xxi, 2079 p.
8. CORRER, Cassyano J. A prática farmacêutica na farmácia comunitária. Porto Alegre ArtMed 2013 1 recurso online ISBN 9788565852838.
9. Conselho Federal de Farmácia. Serviços farmacêuticos diretamente destinados ao paciente, à família e à comunidade: contextualização e arcabouço conceitual / Conselho Federal de Farmácia. – Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2016. 200 p. : il.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

10. FUCHS, Flávio Danni; WANNMACHER, Lenita (Ed.). Farmacologia clínica: fundamentos da terapêutica racional. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010. xix, 1261 p.
11. GOMES, M. J. V. M.; REIS, A. M. M. Ciências Farmacêuticas – Uma abordagem em Farmácia Hospitalar. Ed. Ateneu, 2001.
12. MANZINI, F. et al. O Farmacêutico na assistência farmacêutica do SUS: diretrizes para ação. Brasília: Conselho Federal de Farmácia, 2015. Disponível em: < <http://www.cff.org.br/userfiles/file/livro.pdf> >
13. THOMPSON, J. E.; DAVIDOW, L. W. A prática farmacêutica na manipulação de medicamentos. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.
14. SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR. Guia de Boas Práticas em Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde, 2009. 356p.
15. SOCIEDADE BRASILEIRA DE FARMÁCIA HOSPITALAR. Padrões Mínimos para Farmácia Hospital e Serviços de Saúde. Goiânia, 2007, 20p. Disponível em: <http://www.sbrafh.org.br/site/public/temp/4f7baaa6b63d5.pdf>
16. STORPIRTIS, S. et al. Ciências Farmacêuticas: Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A., 2008.
17. MASTROIANNI, Patricia. Farmacovigilância para promoção do uso correto de medicamentos. 1. Porto Alegre ArtMed 2013 1 recurso online ISBN 9788582710029.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de Formação: FONOAUDIOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Desenvolvimento da Linguagem na Infância. Aquisição ontogênica da leitura e da escrita; fases do desenvolvimento da leitura e da escrita; rotas utilizadas para a leitura; processamento fonológico como habilidade necessária à alfabetização. O Sistema Estomatognático e Disfagia no Neonato e na Infância. Respiração Oral. Disfunção Mastigatória. Amamentação e Frênulo Lingual. Anatomofisiologia e Desenvolvimento da Voz. Distúrbios Vocais e Reabilitação Fonoaudiológica (nascimento à adolescência). Políticas de Saúde Auditiva e de Saúde do Escolar. Avaliação Eletrofisiológica da Audição.

BIBLIOGRAFIA

1. Behlau, M. et al. Aperfeiçoamento vocal e tratamento Fonoaudiológico das disfonias. IN: Behlau, M. (org.). Voz: O livro do especialista. V 2. Rio de Janeiro: Revinter; 2010.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes de Atenção da Triagem Auditiva Neonatal. Brasília, DF, 2012. Disponível em http://www.sbp.com.br/src/uploads/2015/02/field_generico_imagens-filefield-description_69.pdf
3. BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde na escola. Brasília, DF, 2009. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_24.pdf
4. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 13002, de 20 de junho de 2014. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, 23 jun. 2014. Seção 1, p. 4, edição extra.
5. Jotz, Carrara-de Angelis e Barros. Tratado da deglutição e disfagia- No adulto e na criança. São Paulo: Revinter.2009.
6. Jotz, GP; Carrara-de Angelis, EC. Disfagia- Abordagem Clínica e Cirúrgica- Criança, Adulto e Idoso. São Paulo: Elsevier, 2017.
7. Marchesan, I.Q.; Silva, H.J.; Tomé, M.C.T. (org.). Tratado das Especialidades em Fonoaudiologia. São Paulo: Guanabara Koogan, 2014.
8. Schochat et al. TRATADO DE AUDIOLOGIA - 3ª EDIÇÃO. Barueri: Manole, 2022.
capítulo 6. Triagem auditiva neonatal universal: história, princípios e tecnologia
Capítulo -7. Avaliação audiológica na primeira infância (0 a 4 anos)
Capítulo -13. Mecanismos fisiológicos subjacentes à geração de emissões otoacústicas: protocolos clínicos
Capítulo -15. Potencial evocado auditivo de tronco encefálico
Capítulo- 28. Saúde auditiva no contexto da educação: práticas voltadas à promoção e à prevenção
30. Políticas públicas: atenção à saúde auditiva no Sistema Único de Saúde
31. Saúde auditiva nas redes de atenção e ações do fonoaudiólogo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de Formação: NUTRIÇÃO
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Avaliação e educação nutricional de crianças e adolescentes. Cuidado nutricional na atenção especializada hospitalar e na atenção primária, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Planejamento dietético e Recomendações Nutricionais na infância e adolescência.

BIBLIOGRAFIA

1. Brasil. Ministério da Saúde. Instrutivo para o cuidado da criança e do adolescente com sobrepeso e obesidade no âmbito da Atenção Primária à Saúde [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Brasília : Ministério da Saúde, 2022. Disponível em: <http://189.28.128.100/dab/docs/portaldab/publicacoes/instrutivo_crianca_adolescente.pdf>
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento / Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, no 33) Disponível em: <<http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/cab33>>
3. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para avaliação de marcadores de consumo alimentar na atenção básica 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 32p. Disponível em: <http://dab.saude.gov.br/portaldab/biblioteca.php?conteudo=publicacoes/orientacao_marcadores_consumo_alimentar>
4. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada e Temática. Manual de terapia nutricional na atenção especializada hospitalar no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada e Temática. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 60p. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/manual_terapia_nutricional_atencao_hospitalar.pdf>
5. Vigilância alimentar e nutricional - Sisvan: orientações básicas para a coleta, processamento, análise de dados e informação em serviços de saúde / [Andressa Araújo Fagundes et al.]. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. <http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/orientacoes_basicas_sisvan.pdf>
6. ACCIOLY, Elizabeth; SAUNDERS Claudia; LACERDA Elisa Maria de Aquino. Nutrição em Obstetrícia e Pediatria. Rio de Janeiro. Ed Guanabara Koogan, 2a Ed. 2009.
7. MANUAL DE AVALIAÇÃO NUTRICIONAL 2ª EDIÇÃO – ATUALIZADA - 2021/ Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento Científico de Nutrologia. São Paulo: SBP. 2021. 120 p. Disponível em: <https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/_22962e-ManAval_Nutricional_-_2Ed_Atualizada_SITE.pdf>



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

8. Novaes, Juliana Faria de, Ribeiro, Sarah Aparecida Vieira, Priori, Silvia Heloiza e Franceschini, Silvia do Carmo. *Nutrição e Saúde da Criança*. Rubio. 2019.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de formação: ODONTOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios de Psicologia aplicada à Odontopediatria. Exame clínico, Radiologia, Diagnóstico e Plano de Tratamento. Cárie dentária na infância. Flúor – Uso interno e Uso externo. Higiene buco dental em Odontopediatria. Anestesia local em crianças. Cirurgia em Odontopediatria. Tratamento endodôntico em decíduos. Dentística e Materiais dentários em Odontopediatria. Tratamento Restaurador Atraumático. Lesões traumáticas em dentes decíduos. Biossegurança na Odontologia – COVID-19.

BIBLIOGRAFIA

1. GUEDES-PINTO, A. C. Odontopediatria. 9 ed. São Paulo: Santos, 2016.
Cap. 10-Princípios de Psicologia e sua relação com a Odontopediatria
Cap. 13 - Métodos empregados para conhecer e relacionar-se com crianças
Cap. 14 -Manejo da criança no consultório
Cap. 18 -Exame, Diagnóstico e Plano de Tratamento
Cap. 19 - Radiologia e imaginologia
Cap. 21 - Cárie dentária
Cap. 25 - Flúor – Uso interno
Cap. 26 - Flúor – Uso externo
Cap. 29 - Anestesia local
Cap. 30 - Cirurgia em odontopediatria
Cap. 31 - Tratamento endodôntico em decíduos
Cap. 33 - Dentística
Cap. 34 - Materiais dentários em Odontopediatria
2. GUEDES-PINTO, A. C.; BONECKER, M.; RODRIGUES, C. R. M. D. (Org.). Fundamentos de Odontologia: Odontopediatria. São Paulo: Santos, 2010. Cap. 16 - Lesões traumáticas na dentição decídua
3. TOLEDO, O. A. Odontopediatria – Fundamentos para a prática clínica. 4. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2012. Cap. 11 - Tratamento Restaurador Atraumático
4. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA. Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA Nº 04/2020 – atualizada em 25/02/2021. Orientações para serviços de saúde: medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo novo coronavírus (SARS-COV-2). Disponível em: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/notas-tecnicas/nota-tecnica-gvims_ggtes_anvisa-04_2020-25-02-para-o-site.pdf/view. MEDIDAS DE PREVENÇÃO E CONTROLE DE INFECÇÃO PELO NOVO CORONORAVÍRUS (SARS-cov-2) NA ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA, pag 95.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de Formação: PSICOLOGIA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Políticas públicas de saúde e assistência em saúde mental na infância e adolescência. O papel do psicólogo nas políticas de saúde infanto-juvenil. A atuação do psicólogo na atenção primária, secundária e terciária. Promoção à saúde e proteção de crianças e adolescentes no âmbito da saúde pública: garantia de direitos. O trabalho em equipes multiprofissionais. Especificidades da clínica com bebês, crianças e adolescentes. O psiquismo da criança. As transformações da puberdade.

BIBLIOGRAFIA

1. BRAGA, C. P.; OLIVEIRA, A. F. P. L. (2019). Políticas públicas na atenção à saúde mental de crianças e adolescentes: percurso histórico e caminhos de participação. *Ciência e Saúde Coletiva*, 24(2). <https://doi.org/10.1590/1413-81232018242.30582016>
2. BRASIL. Ministério da saúde (BR), Secretaria de atenção à saúde. Caminhos para uma política de saúde mental infanto-juvenil. Brasília: 2005. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/caminhos.pdf.
3. BRASIL. Ministério da Saúde (2014). Atenção psicossocial a crianças e adolescentes no SUS: tecendo redes para garantir direitos / Ministério da Saúde, Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: Ministério da Saúde, 60 p.
4. CHIAVERINI, D. H. (Org.) et al. *Guia prático de matriciamento em saúde mental*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. 236p. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_matriciamento_saudemental.pdf
5. FENDER, W. D. & MORETTO, M. L. T. (2020). Construir, comunicar, transmitir: um caminho possível para o analista em uma equipe multidisciplinar. *Revista da SBPH*, 23(1), 3-15. Recuperado em 20 de junho de 2021, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582020000100002
6. FERNANDES, A. D. S. A. et al. Reflexões sobre a atenção psicossocial no campo da saúde mental infantojuvenil. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional* [online]. 2020, v. 28, n. 2 , pp. 725-740. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1870>>. Epub 08 Jun 2020. ISSN 2526-8910.
7. JERUSALINSKY, J. (2000). Do neonato ao bebê: a estimulação precoce vai à UTI neonatal. *Estilos Da Clínica*, 5(8), 49-63. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-1624.v5i8p49-63>
8. MOREIRA, M. C. N.; ALBERNAZ, L. V.; SÁ, M. R. C.; CORREIA, R. F.; TANABE, R. F. (2017). Recomendações para uma linha de cuidados para crianças e adolescentes com condições crônicas complexas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 33 (11). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00189516>
9. MORETTO, Maria Livia Tourinho. O que pode um analista no hospital. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001. <http://lacanempdf.blogspot.com/2018/05/o-que-pode-um-analista-no-hospital.html>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

10. PEROBELLI, A. O. *et al.* Intervenções precoces; O lugar do “precoce”: promoção de saúde; Especificidades no cuidado em saúde mental infantojuvenil (p. 149-165). In: Diretrizes Clínicas em Saúde Mental SESA-ES. 2018.
<https://saude.es.gov.br/Media/sesa/Protocolo/Diretrizes%20Clinicas%20em%20saude%20mental.pdf>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

Área de Formação: SERVIÇO SOCIAL

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Trabalho e formação profissional do Serviço Social: possibilidades e desafios contemporâneos do projeto profissional. Ética e Legislação Profissional. Atuação profissional do Serviço Social e Política de Saúde. A contrarreforma e a defesa do SUS. A Residência Multiprofissional em Saúde e a inserção do Serviço Social.

BIBLIOGRAFIA

1. ABEPSS. Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social. In: Revista Temporalis, Brasília (DF), ano 18, n. 36, p. 422-434, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2018/12/subsi%CC%81dios-para-o-debate-sobre-a-quest%CC%83o-e-%CC%81tnicoracial-na-formac%CC%A7a-%CC%83o-em-servic%CC%A7o-social-201812031714505077650.pdf> Acesso em 13 de julho de 2022.
2. BRASIL. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10ª. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 13 de julho de 2022.
3. BARROCO, M. L. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. Revista Serviço Social e Sociedade 106. Junho 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000200002> Acesso em 19 de julho de 2022.
4. BARROCO, M. L. Direitos humanos, neoconservadorismo e neofascismo no Brasil contemporâneo. Revista Serviço Social e Sociedade 143. <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/zjrwPzBctDGqj84D74Vg4cv/> Acesso em 13 de julho de 2022.
5. CASTRO, M. M. de C. e; DORNELAS, C.B de C.; ZSCHABER, F.F. Residência multiprofissional em saúde e Serviço Social: concepções, tendências e perspectivas. In: Revista Libertas, Juiz de Fora, v.19, n.2. p.128 -148. In: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/27114> Acesso em 19 de julho de 2022.
6. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais, nº 2, Brasília: CFESS, 2010. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais_na_Saude.pdf. Acesso em 19 de julho de 2022.
7. IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2008.
8. LIMA, Joseane Barbosa de. A contrarreforma do Sistema Único de Saúde: o caso das organizações sociais. Revista Argumentum, Vitória, v. 10, n. 1, p. 88-101, jan./abr. 2018. <https://doi.org/10.18315/argumentum.v10i1.18734> Acesso em 19 de julho de 2022.
9. RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas — A nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: COMISSÃO DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL (COFI/CFESS). Atribuições privativas do/a assistente social em questão. Brasília: CFESS, 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf> Acesso em 13 de julho de 2022.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**